

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB		
	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ		
	DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO – DDPu		
	Disciplina: DIREITO ELEITORAL		
	Código da disciplina: 1501240	Carga Horária: 60 h	
	Semestre letivo: 2020.1	Matrícula: 1655769	
	Professor: RENATO CÉSAR CARNEIRO		

PLANO DE CURSO

Programa da disciplina DIREITO ELEITORAL, a ser ministrada pelo Departamento de Direito Público, do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, no curso de DIREITO, no período de 08 de setembro a 16 de dezembro, com carga horária de 60 horas-aula, nos termos da Resolução CONSEPE nº 19/2020.
João Pessoa, ____/____/____
Servidor :

1. EMENTA

Conceito. Objeto. Fontes. Relações com as demais disciplinas jurídicas. Evolução histórica. Direito eleitoral no Brasil. Organização eleitoral. Justiça eleitoral. Sistemas eleitorais. Capacidade eleitoral. Elegibilidade. Processo eleitoral. Garantias eleitorais. Invalidade dos atos eleitorais. Recursos eleitorais. Crimes eleitorais. Propaganda política. Partidos políticos.

2. OBJETIVOS**GERAL:**

Traçar a evolução do Direito Eleitoral, expondo de forma didática a legislação eleitoral no Brasil, para estabelecer um nexo de causalidade entre o Direito Eleitoral e o desenvolvimento da sociedade democrática, evidenciando a função social da Justiça Eleitoral.

ESPECÍFICO:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhes condições de analisar e solucionar problemas jurídicos, ensinando-lhes a raciocinar juridicamente e, assim, aprimorá-los para a atuação prático-profissional.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**C.H.**

3.1 Direito Eleitoral - Conceito - Objeto - Fontes - Relações com as demais disciplinas jurídicas;	20h
3.2 Evolução Histórica do Direito Eleitoral no Brasil (Da Colônia até os dias atuais)	
3.3 Organização Eleitoral - Tipos de Organização - Eleitoral - Sufrágio - Voto;	
3.4 Justiça Eleitoral - Estrutura - Funções - Competência; Ministério Público Eleitoral	
3.5 Sistemas eleitorais - Conceito - Classificação - Diferentes sistemas eleitorais - Sistema eleitoral brasileiro;	
3.6 Princípios do Direito Eleitoral	
3.7 Direitos políticos na Constituição - Direitos políticos positivos e negativos;	
3.8 Fases do Processo Eleitoral: o Alistamento – Domicílio Eleitoral. Transferência eleitoral – Exclusão de eleitor. Fiscalização partidária.	20h
3.9 Convenções partidárias. Prazo e local. Normas gerais e normas estatutárias.	
3.10 Registro de candidaturas - Processo de registro; Condições de elegibilidade – Inelegibilidade – Ação de Impugnação ao Registro;	
3.11 Propaganda Eleitoral: conceito e prazo. Princípios. Espécies.	

3.12 Propaganda institucional e propaganda eleitoral na Internet. 3.13 Propaganda política - Medidas processuais relativas à propaganda - Pressupostos de validade da propaganda; 3.14 Medidas preliminares à votação - Composição das Mesas Receptoras - Impedimentos e recusa à Nomeação; 3.15 Juntas Eleitorais - Designação - Impugnação - Rito das impugnações; 3.16 Votação - Dia e hora da votação - O ato de votar - Incidentes na votação - Votação em separado - Encerramento da votação; 3.17 Apuração - Competência da Junta Apuradora - Instalação das Juntas e Turmas - Fiscalização da Apuração - Fiscalização pelas Mesas Receptoras; 3.18 Contagem dos votos - Impugnações - Rito das impugnações e decisões da Junta Eleitoral - Recursos, razões e contra-razões; 3.19 Confecção de Boletim, Mapa e Ata eleitoral - Proclamação dos resultados - Recontagem automática;	
3.20 Diplomação - Natureza Jurídica - Competência para diplomar - Recurso da diplomação; 3.21 Vícios e Ações Eleitorais. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Representação Eleitoral. Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo e Ação Rescisória Eleitoral. 3.22 Habeas-Corpus, Mandado de segurança, Mandado de Injunção e Habeas-data no direito eleitoral; 3.23 Recursos Eleitorais – Espécies, prazos e hipóteses de cabimento; 3.24 Crimes eleitorais - Aplicação subsidiária do Código Penal - Classificação dos Crimes Eleitorais; 3.25 Processo Penal Eleitoral - Investigação criminal eleitoral - Ação Penal Eleitoral - Rito Processual - Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal; 3.26 Partidos políticos - Criação, Fusão e Extinção dos partidos políticos - Órgãos e funcionamento dos partidos políticos - atividades financeiras dos Partidos. Infidelidade partidária e perda do mandato.	20h

4. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A DESENVOLVER

O programa da disciplina foi elaborado em função do que se considera necessário à formação de um profissional que carece de conhecimentos mínimos sobre o Direito Eleitoral, de forma a habitá-lo, técnica e cientificamente, a lidar com uma legislação eleitoral destinada ao exercício de uma atividade jurídica persistente, no que se refere, sobretudo, às formas de participação da comunidade no sistema representativo, distribuição de poderes e organização partidária.

5. METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas síncronas a serem ministradas nos mesmos dias e turnos das aulas presenciais (segunda-feira, das 08:00 às 10:00h e na quinta-feira, das 19:00 às 21:00), e assíncronas, com a abordagem dos manuais jurídicos e da legislação. Discussões práticas de exemplos cotidianos instigação à análise crítica. Atividades contínuas acompanhadas de pesquisas acerca dos temas abordados. As técnicas de ensino-aprendizagem contarão com a reciprocidade dos discentes, monitores (se houver) e docentes na pesquisa, leitura e análise de textos; estudo de casos e debates. Os materiais utilizados no processo de ensino-aprendizagem serão as diversas plataformas e mídias virtuais permitidas pela Resolução CONSEPE nº 19/2000.

6. AVALIAÇÃO

Aplicação de provas escritas dissertativas ou de múltipla escolha que instiguem o raciocínio do discente para questões contemporâneas, aplicação prática do conhecimento. Eventualmente, outras avaliações podem ocorrer no decorrer do curso, tais como outras a aplicação de exercícios contínuos.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ZILLIO, Rodrigo Lopes. “Direito Eleitoral”. São Paulo: Juspodvm, 7ª ed., 2020.

8. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARNEIRO, Renato César. “Fazendo o Diabo – O Diário da Reeleição”. João Pessoa: UFPB, 2018.
 “Casos Eleitorais Célebres” – Volume V. João Pessoa: Mídia Gráfica & Editora, 2016.
 ZILLIO, Rodrigo Lopes & SANTOS, Luiz Carlos dos. “Comentários às Súmulas do TSE”. São Paulo: Juspodvm, 1ª ed., 2017.
 RESOLUÇÕES DO TSE, nºs 21.538/2003 e 22.610/2007.

Renato César Carneiro
 Professor de Direito Eleitoral